

24 de Maio de 2021



## **DINÂMICAS E DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DE POPULAÇÕES DESLOCADA**

João Feijó, Aleia Rachide Agy e Jerry Maquenzi

### **RESUMO**

A intensificação do conflito em Cabo Delgado gerou um desastre humanitário traduzido em centenas de milhares de famílias deslocadas, que procuram, em função das suas condições de deslocação, locais mais seguros de integração. As famílias com maiores recursos económicos e contactos familiares deslocam-se para zonas mais afastadas. As restantes permanecem em zonas mais inseguras, vulneráveis a ataques e a recrutamento. Uma ampla ajuda humanitária foi constituída para assistir estas populações, tendo exercido um efeito paliativo em termos socioeconómicos, mas ainda sem capacidade de promover a reconstituição de actividades económicas geradoras de renda e de auto-suficiência alimentar, permanecendo centenas de milhares de indivíduos dependentes de assistência externa.

Neste Destaque Rural pretende-se descrever os movimentos migratórios no Norte do país e reflectir sobre as dinâmicas geradas sobre a assistência humanitária. Num segundo momento pretende-se descrever as condições de reintegração socioeconómica das populações, em termos de condições de habitação, saúde (incluindo acesso a água, saneamento, apoio médico e alimentar), de educação e de reconstituição de actividades económicas. Num último momento pretende-se reflectir sobre as expectativas das populações em relação ao futuro, apresentando-se um conjunto de recomendações.

Esta reflexão resulta da observação e da realização de entrevistas a populações deslocadas e técnicos envolvidos no apoio alimentar, nomeadamente nos distritos de Cabo Delgado (Montepuez, Metuge, Mecúfi e Chiúre) e no distrito de Meconta em Nampula, complementadas com dados secundários do Instituto Nacional de Estatística, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

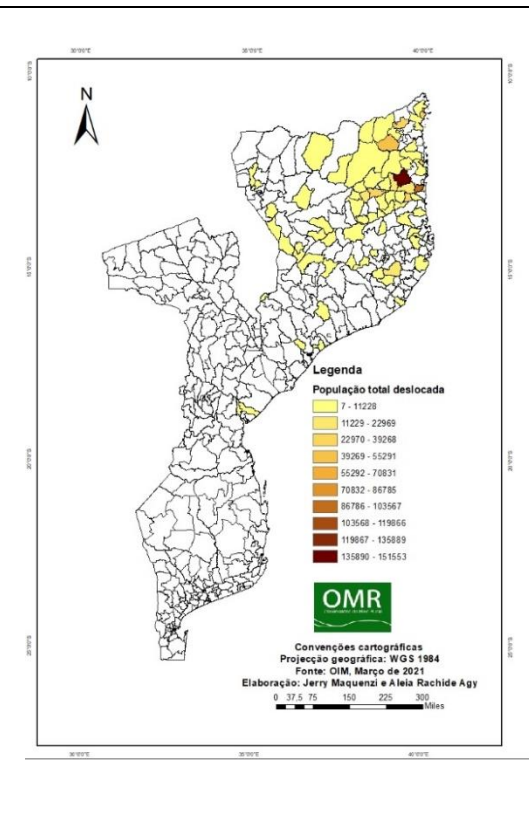
## 1) DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Não obstante o número de incidentes militares reportado no nordeste de Cabo Delgado (ACLED) vir diminuindo ao longo do último trimestre, o violento ataque à vila de Palma, onde se concentravam dezenas de milhares de deslocados, gerou novos movimentos migratórios para Oeste e para o Sul da província. Os dados da OIM revelam a existência de 660.190 deslocados, sendo na cidade de Pemba (151.553 indivíduos), Metuge-Sede (90.274) e Mueda-Sede (49.805) os locais com maior concentração de deslocados, acolhendo, no seu conjunto, 44,1% da população deslocada por este conflito.

A população deslocada por este conflito distribui-se pela província de Nampula – particularmente em Meconta (20.229) e cidade de Nampula (19.478) – mas também pelas províncias de Niassa, Zambézia e Sofala (ver mapa 1). A forte concentração da população em áreas municipais (Pemba, Mueda, Nampula, Montepuez ou Ibo) traduz-se na densificação populacional, saturação de infra-estruturas urbanas e serviços públicos (educação e saúde), no desemprego e informalização da economia. No distrito do Ibo, onde 13.025 habitantes haviam sido recenseados pelo INE em 2017, foram contabilizados pela OIM 31.035 deslocados, admitindo-se que a população total possa atingir os 40.000 indivíduos, aumentando fortemente as pressões sobre recursos naturais (lenha e terras) e procura de bens alimentares.

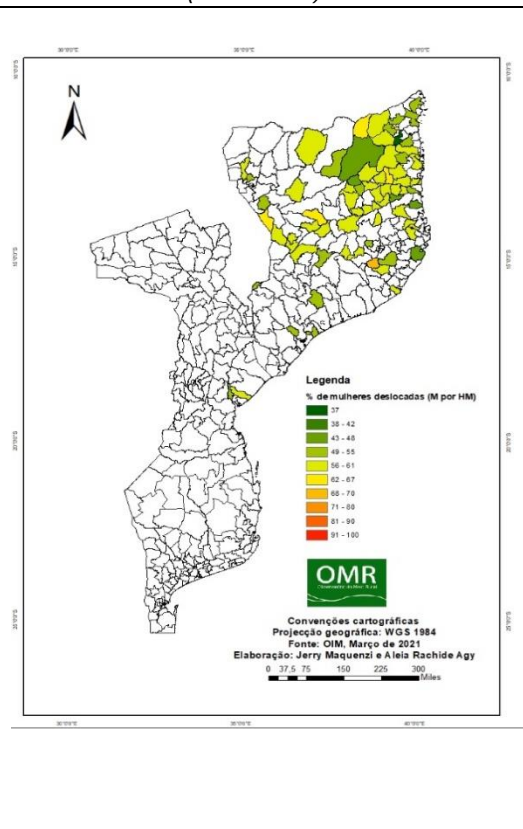
Entre a população adulta deslocada constata-se que as mulheres representam 56,6% da população. A maior proporção de adultos do sexo feminino está comparativamente mais concentrada nos distritos mais afastados do centro do conflito (ver mapa 2), nomeadamente em Nampula – Namitil-Sede (67%), Nacarôa (61%), Quixaxe (61%) e cidade de Angoche (60%) – assim como em Niassa – Maúá (65%), Nairrubi (63%), Namicundi (60%) e Metula Sede (60%). Na província de Cabo Delgado, os postos administrativos com maior proporção de mulheres deslocadas situam-se nos distritos de Mueda – Chapa (63%), N'gapa (63%), Mueda sede (60%) – de Ancuabe – Mtoro (65%) e Impire (60%) e na costa e ilhas, nomeadamente Quirimba (60%) e Bilibiza (60%). Em apenas 8,9% dos postos administrativos com registos de população deslocada, os homens estão em maioria. A maior presença de mulheres entre a população adulta deslocada, frequentemente explicada pelas próprias de forma lacónica, alimenta discursos de desconfiança relativamente ao paradeiro dos maridos. Entre os refugiados identificaram-se 1.985 crianças desacompanhadas, inúmeras famílias divididas, com entes próximos raptados, assassinados ou desaparecidos.

Mapa 1: Total de população deslocada, por posto administrativo (Abril 2021)



Fonte: IOM

Mapa 2: Percentagem de população adulta deslocada do sexo feminino, por posto administrativo (Abril 2021)

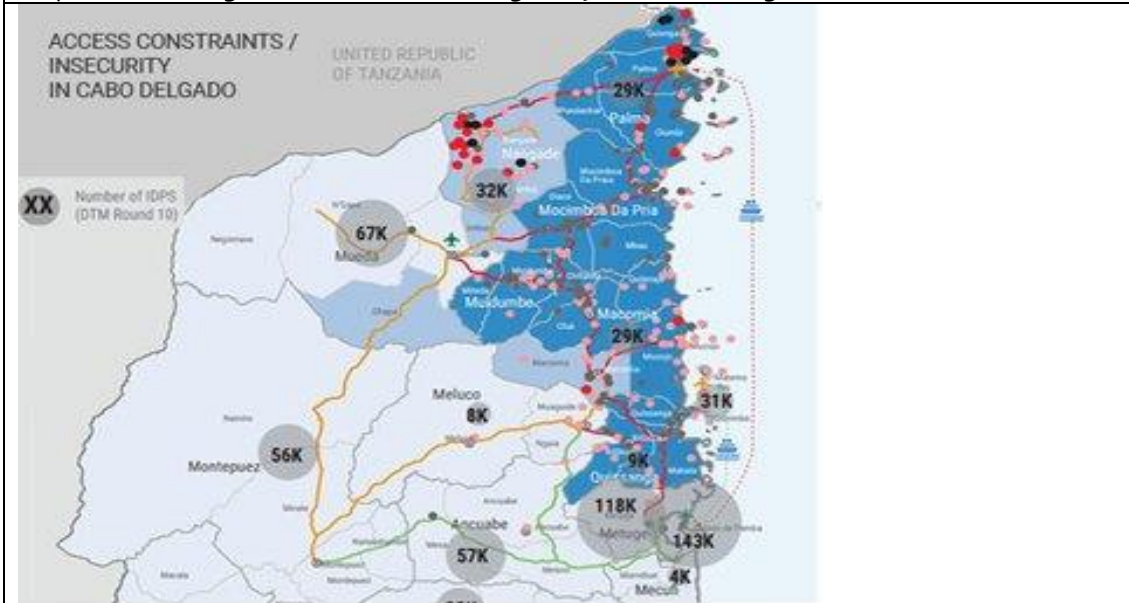


Fonte: IOM

O cerco realizado pelo grupo insurgente ao distrito de Palma formou um enclave em Quitunda, onde a população local enfrenta enormes dificuldades de deslocação para zonas seguras. Apesar da proibição de navegabilidade, dezenas de barcos arriscam uma travessia marítima para Pemba, fazendo escala nas ilhas do arquipélago das Quirimbas. A fuga por via terrestre envolve vários dias de caminhada, com problemas de acesso a água, alimentação e encontros com grupos violentos.

No Nordeste de Cabo Delgado, 5 distritos foram fortemente afectados pelo conflito, sendo palco de intensos ataques armados (Palma, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Macomia e Quissanga), desencadeando a partida massiva da sua população, formando aquilo que o OCHA definiu de área de "situação extremamente volátil" (ver mapa 3).

Mapa 3: *Constrangimentos de acesso e segurança em Cabo Delgado*



Fonte: OCHA

Apesar de terem sido registados alguns ataques de menor intensidade, de as populações se manterem alertas e de se verificarem alguns movimentos migratórios, grande parte da população em Nangade, Meluco e Ibo permaneceu nos distritos, registando-se, inclusivamente, um aumento populacional em virtude da chegada de deslocados das zonas afectadas (sobretudo no Ibo, onde o total da população deslocada em Abril de 2021 representava mais do dobro daquela recenseada em 2017).

Como mostra o quadro 1, a soma da população dos 5 distritos mais afectados (Macomia, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Palma e Quissanga) totaliza 452 584 indivíduos, número claramente inferior aos 697.538 deslocados registados pela OIM (diferença de 244 954 indivíduos). Mesmo contabilizando a população dos distritos parcialmente afectados (139 150), que em grande parte continua a residir no mesmo distrito, a diferença mantém-se superior a 100.000 indivíduos (105.804).

Quadro 1: Comparação da população total dos distritos afectados pelo conflito (INE) com o total de população deslocada (IOM)

Distritos fortemente atacados	População		
	Censos 2017	IDPs (Mar/21)	
Macomia	116 405	9 391	
Mocímboa da Praia	123 975	-	
Muidumbe	99 363	-	
Palma	62 667	23 787	
Quissanga	50 174	6 887	
<b>Sub-total</b>	<b>452 584 <sup>(1)</sup></b>	<b>40 065</b>	
<b>Distritos parcialmente atacados</b>			
Nangade	88 995	34 817	
Ibo	13 025	31 035	
Meluco	37 130	7 876	
<b>Sub-total</b>	<b>139 150<sup>(2)</sup></b>	<b>73 728</b>	
		Sub-total	113 793
		Outros locais	583 745
<b>Total populacional em 2017 (1+2) (3)</b>	<b>591 734</b>	<b>Total IDPs (4)</b>	<b>697 538</b>
Diferença populacional considerando os distritos fortemente atacados (4-1)	<b>244 954</b>		
Diferença populacional considerando todos os distritos afectados) (4-2)	<b>105 804</b>		

Uma reflexão acerca desta discrepância estatística deve considerar os seguintes aspectos:

- Crescimento natural da população após 2017, ainda que deva ser considerado o aumento das taxas de mortalidade, em consequência directa e indirecta da guerra e de catástrofes naturais.
  - Existência de diversos relatos de zonas da costa não recenseadas durante os Censos de 2017, em virtude da recusa de populações (já integradas nos alshabaabs), de dificuldades de transporte para as inúmeras ilhas do arquipélago das Quirimbas e das contínuas migrações circulares de pescadores entre o continente e as ilhas (escapando aos recenseadores), permitindo admitir que os números reais possam ser superiores aos efectivamente divulgados;
  - Duplicação de registos dos mesmos indivíduos por parte da OIM, ao longo de deslocações sucessivas, em resultado de incessantes ataques;
- 2) Existência de relatos de famílias duplamente registadas, com nomes diferentes, com o objectivo de duplicação de apoio alimentar. O facto de muitos indivíduos terem escapado sem documentação, impede a verificação das respectivas origens geográficas, abrindo espaço para recenseamentos oportunistas, sobretudo para

qualquer falante de muani, maconde ou variantes de macua do norte de Cabo Delgado.

## **CONDIÇÕES DAS POPULAÇÕES DESLOCADAS**

Após um período de concentração nos centros de acomodação provisórios, as populações detentoras de contactos familiares deslocaram-se para distritos mais a Sul, em função dos contactos familiares disponíveis. Apercebendo-se da concentração de populações deslocadas, o governo distrital, em parceria com organizações internacionais, interveio na facilitação de condições de reassentamento, impulsionando mais movimentos migratórios. Num raio de 20 a 50 km de centros urbanos constituíram-se vários centros de deslocados, facilitando-se o processo de assistência humanitária, reintegração económica e controlo em termos de segurança.

### **2.1) Condições de habitação**

Em diversos centros de reassentamento visitados – nomeadamente em Marrupa (Chiúre), Corrane (Meconta) e Mapupulo (Montepuez) – constatou-se um claro esforço de planificação urbana. Funcionários dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) e da OIM, mobilizando voluntários locais reassentados, realizaram medições e a divisão de talhões com cerca de 300 m<sup>2</sup>.

As habitações foram construídas pelas próprias populações deslocadas com recurso a material local, erguendo paredes de bambu e matope e cobertura de capim, constatando-se a distribuição de plásticos e lonas para cobertura, distribuídos pelo INGD ou pela USAID (em Chiúre, Montepuez e Meconta). Em algumas situações, jovens locais foram mobilizados pelo Governo distrital para recolha de paus e bambu, posteriormente oferecidos às populações deslocadas, mas em número claramente insuficiente.

Nos centros mais antigos constata-se a construção generalizada de latrinas não melhoradas (Chiúre), assistindo-se à distribuição de lajes para a construção de latrinas (Meconta e Montepuez).

Em alguns centros visitados foram realizados furos de água para a população (Marrupa, em Chiúre e Corrane em Meconta), ainda que insuficientes para o número crescente de deslocados, traduzindo-se em elevado tempo de espera, sobretudo às horas de ponta (final do dia). Em Mapupulo (Montepuez) a população recorre ao rio, com riscos de doenças gastrointestinais. Algumas famílias locais com furos próprios autorizaram o acesso a água nos respectivos quintais, minimizando os riscos de saúde pública.

## 2.2) Condições de saúde

Em virtude das precárias condições de acesso a água e saneamento, em Metuge, Chiúre e em Mecúfi foram diagnosticados dezenas de casos de cólera durante os meses chuvosos. De acordo com profissionais dos Serviços Distritais de Saúde Mulher e Acção Social (SDSMAS) de Chiúre, Mecúfi e Meconta, registou-se um considerável aumento do número de casos de diarreias, malária e de má nutrição em relação aos anos anteriores.

A aglomeração da população em diversos pontos do Sul e Oeste da província traduziu-se numa clara saturação dos serviços de saúde. Onde se atendiam diariamente uma média de 80 pacientes, atendem-se, actualmente, entre 100 e 200 pacientes por dia, com maiores dificuldades identificadas nos serviços de pediatria. O aumento da população não foi acompanhado por um crescimento do corpo médico afecto ao SNS, sendo complementado por quadros de organizações não-governamentais, como os Médicos Sem Fronteiras (MSF) ou a UNICEF. A situação agrava-se com a falta generalizada de medicamentos ou de testes rápidos de malária e interrupção de tratamentos de HIV-SIDA. Por outro lado, a elevada densificação populacional em muitos locais, sobretudo nos centros urbanos, aumenta os riscos de contágios.

A interrupção de actividades de produção alimentar despoletou a necessidade de assistência humanitária. Um comunicado do WFP (22.04.2021) estimava a existência de 950.000 pessoas enfrentando fome severa em consequência do conflito, planeando assistir 750.000 pessoas deslocadas internamente assim como membros vulneráveis das comunidades locais, não só em Cabo Delgado, mas também em Nampula, Niassa e Zambézia.

As crianças constituem as mais afectadas pela fome, com um aumento preocupante do nível de desnutrição. De acordo com uma recente pesquisa da UNICEF e do WFP (22.04.2021), cerca de 21% das crianças deslocadas com menos de 5 anos e 18% das crianças hospedeiras estão abaixo do peso indicado. Em 50% das crianças deslocadas e em 41% das crianças das comunidades anfitriãs foram identificadas situações de desnutrição crónica (ou atraso de crescimento), com consequências ao longo da vida.

O WFP, organizações religiosas e empresários locais têm realizado um esforço assinalável ao nível da distribuição alimentar, envolvendo centenas de voluntários. Um comunicado do WFP (06.01.2021) referia a existência de 400.000 pessoas beneficiadas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa.

No processo de distribuição alimentar não faltam suspeitas de desvios, conflitos no processo de distribuição, quer no seio dos próprios deslocados, quer entre a população local (que cede os seus terrenos, mas não tem apoios) e a população deslocada. Na cidade de Pemba, a população beneficiária de ajuda alimentar é geralmente constituída pelas famílias hospedeiras, gerando entre os deslocados um sentimento de humilhação e de dependência relativamente aos anfitriões. A cesta básica mensal distribuída pelo WFP (50kg de cereais, 5lt de óleo e 10kg de feijão e lentilhas) garante a partir de 81%

das necessidades calóricas diárias *per capita*, cálculo efectuado para uma família de 5 pessoas. No terreno, existem várias críticas relativamente ao facto de a cesta básica não considerar o tamanho das unidades familiares.

A situação agrava-se no Norte da província, em virtude das dificuldades de acesso de apoio médico e ajuda alimentar, sobretudo no distrito de Palma, mas também em Nangade. O acesso alimentar a populações retidas em Palma tem sido bastante complicado, com exigências do Governo de Moçambique para ele próprio, organizar a distribuição, rompendo com o protocolo das organizações humanitárias. Neste cenário, a ajuda alimentar tende a ser fornecida com o objectivo de conquistar a confiança das populações ou como represália para com suspeitos de colaboração com grupos rebeldes. Informações do ACLED (27.04.2021) dão conta de navios com alimentos, que regressam de Palma pelo facto de não haver condições para serem localmente recebidos e distribuídos, assim como alegados desvio de apoio alimentar.

Por outro lado, um comunicado dos MSF (12.05.2021) aborda as acrescidas dificuldades de ajuda humanitária em virtude da recente classificação como terrorista do grupo que opera no Norte de Moçambique, traduzindo-se numa dificuldade de acesso a vistos e no aumento da burocracia para aquisição de mercadorias e equipamentos, mas também de aumento de receio das organizações de operar no terreno, por receio de entrar em conflito com a legislação antiterrorismo.

Se no Norte da província o sentimento predominante é de medo, insegurança e incerteza, no Sul a população apresenta-se deprimida ou em situação de frustração ou stress pós-traumático. Muitos presenciaram a morte ou rapto de familiares ou perderam todos os seus bens de consumo e factores de produção (terra, gado, utensílios). A situação agrava-se pela desocupação nos locais de reassentamento e sentimento de impotência para reconstituir actividades. Famílias relatam episódios de crianças em pânico perante o barulho de chapas de zinco e professores constataam situações em que os mais jovens se isolam na escola e têm receio de adultos. Na maioria dos distritos não existem psicólogos ou profissionais com conhecimento e meios para lidar com estas situações.

### **2.3) Condições de educação - comprometendo o futuro de uma geração**

Numa província com elevadas taxas de analfabetismo e de desistência escolar, as condições de educação sofreram um profundo agravamento. Por veicularem um ensino laico, as escolas constituíram um dos principais alvos dos insurgentes, traduzindo-se na destruição quase total da débil rede escolar no Nordeste de Cabo Delgado. As escolas não afectadas pelo conflito transformaram-se em centros de acolhimento, perturbando a actividade escolar e gerando traumas junto das crianças, assistindo-se a transferências de escolas, saturação de turmas e destabilização da aprendizagem para muitos jovens estudantes. Em finais de Março, em distritos do Sul da província, o número de matrículas representava 154% do previsto, ilustrando a avalanche de novos alunos. Em meados de



Abril o número de alunos matriculados ainda estava em actualização, constatando-se um elevado rácio de aluno por professor, nas escolas do Sul da província.

A COVID-19 agravou ainda mais a situação, tendo sido responsável pela interrupção do ano lectivo de 2000. De acordo com professores entrevistados, práticas de realização de exercícios escolares à distância ou o recurso a rádios comunitárias não tiveram qualquer impacto nos primeiros anos lectivos, pelo que os conteúdos programáticos que deveriam ter sido abordados no ano 2020 deverão ser ministrados no ano de 2021. No presente ano lectivo, a limitação do tamanho das turmas, devido à necessidade de distanciamento social, conduziu à triplicação do número de turmas, mas com o mesmo número de professores, traduzindo-se na realização de aulas ao sábado e na constituição de horários intercalados, em prejuízo do cumprimento dos programas escolares. Nas escolas visitadas, os professores enfrentam o desafio de ministrar os conteúdos programáticos de dois anos lectivos em apenas dois dias de aulas por semana, sem que tenham conseguido apresentar um plano de como o pretendem fazer.

Os registos de crianças matriculadas nas várias classes do primeiro ciclo demonstram elevadas taxas de desistência escolar ao longo do percurso, desviando-se para actividades de retorno económico imediato, destacando-se o pequeno comércio informal e pequenas actividades extractivas, geradoras de baixos rendimentos e reprodutoras de pobreza nas novas gerações. No presente cenário, fica comprometida a aprendizagem de toda uma geração, adivinhando-se a reprodução de situações de exclusão dos mercados, num cenário politicamente instável e de desinvestimento, potenciando a adesão de jovens a grupos radicais e violentos.

O problema é conhecido por todos os actores sociais (serviços provinciais e distritais de educação; pessoal docente; Conselho de Escolas e Tutores, organizações não governamentais), predominando um sentimento de impotência para inverter face à dimensão estrutural do problema. As acções das ONGs têm sido principalmente paliativas, de diminuição do sofrimento e de riscos das crianças, não se concentrando em aspectos como reformas de políticas públicas, definidas a nível central. Em cenários de guerra e calamidades, a ajuda humanitária concentra-se na reabilitação de infra-estruturas escolares e sanitárias (de prevenção da COVID-19), secundarizando aspectos relacionados com a formação e capacitação do corpo docente. Apesar de muitos estudantes estarem indocumentados e sem condições para aquisição de uniforme, assiste-se a um esforço de inclusão no sistema educativo.

#### **2.4) Sementes e enxada de cabo curto – uma curta receita para restabelecer actividades económica**

Observações e entrevistas no terreno permitem constatar alguma heterogeneidade ao nível das condições socioeconómicas dos deslocados, em função do período de chegada. Os primeiros a chegar conseguiram acesso a terrenos agrícolas maiores, na ordem de 1ha ou 1,5 ha. Com o aumento do ritmo de chegada, as populações começaram a ter acesso a áreas menores e mais distantes, constatando-se situações de indivíduos recém-

chegados sem acesso a áreas de produção. Por outro lado, o atraso das chuvas afectou a produção agrícola, sendo que a esmagadora maioria dos deslocados não dispõe de terrenos propícios para produção de culturas de segunda época, colocando um risco sobre a segurança alimentar. Alguns proprietários locais arrendam os seus terrenos agrícolas, deixando a população ainda mais vulnerável. Por outro lado, muitos dos deslocados não eram camponeses, mas pescadores ou comerciantes, portanto sem experiência na agricultura. Organizações não-governamentais distribuíram sementes (particularmente de milho e feijão).

As áreas agrícolas disponíveis são geralmente reduzidas e insuficientes para sustento familiar ao longo de todo o ano. A situação agrava-se pelo facto de as populações deslocadas estarem descapitalizadas e terem abandonado os seus recursos, instrumentos e equipamento de trabalho (barcos, redes, moageiras, pecuária, máquinas de costura, etc.), dificultando a realização de outras actividades económicas complementares, geradoras de rendimento. Os índices de desocupação da população são elevados, persistindo a população na dependência de ajuda alimentar. Timidamente, vão surgindo pequenas bancas nas zonas de reassentamento, sem grande dinamismo, onde são comercializados alguns produtos transformados, adquiridos com base na venda dos poucos excedentes locais ou da ajuda alimentar.

### **2.5) “*Estamos com os pés aqui e a cabeça lá*” - expectativas em relação ao futuro**

A partir de entrevistas com a população, constata-se que a incerteza constitui o sentimento predominante. Muitos indivíduos estão em trânsito, fugindo de sucessivos locais, em função das condições de segurança existentes, das possibilidades económicas de deslocação ou da ajuda alimentar distribuída, predominando a incerteza quanto ao futuro. Os indivíduos já instalados permanecem atentos às notícias acerca do local de origem, particularmente nos distritos de Quissanga e parte de Macomia. Se alguns declaram abertamente que não tencionam regressar ao local de origem, onde experimentaram situações de violência traumática, muitos comparam os recursos disponíveis nos locais de origem com os actuais (em termos de acesso a terras, água, lenha, recursos pesqueiros, mercados, etc.), permanecendo-se na expectativa de regresso. Em função da evolução da segurança militar, muitos ponderam a possibilidade de regresso de alguns membros da família, mantendo outros no local de acolhimento, multiplicando desta forma o acesso familiar a recursos. “*Estamos com os pés aqui e a cabeça no local de origem*” ilustra o sentimento de transitoriedade, desincentivando o investimento no local de destino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência e o drama humanitário vivido no Norte do país foram acompanhados por uma grande solidariedade por parte das populações residentes mais a Sul, também elas descapitalizadas, ainda que não faltem situações de oportunismo. Durante este processo ficou evidente a grande fragilidade do Estado em providenciar serviços básicos à população deslocada, estando hoje extremamente dependente do apoio de organizações internacionais e empresários locais e limitando-se a acções de coordenação e de capitalização política da ajuda humanitária.

A intensificação do conflito armado e a COVID-19 tiveram um efeito catastrófico sobre o sistema educativo, traduzindo-se na destruição do parque escolar e na saturação de infra-estruturas de ensino, afectando toda uma geração de jovens e agravando ainda mais o seu processo de inclusão socioprofissional no curto prazo. A composição bastante jovem da pirâmide populacional e o elevado efectivo humano tornam os efeitos da exclusão social mais ameaçadores, pelas possibilidades de adesão a grupos violentos. A situação agrava-se pelo défice de associativismo juvenil e pela sua ausência generalizada nos centros de decisão, onde poderiam ter uma oportunidade de influenciar políticas que os favorecessem, ao nível do ensino técnico-profissional, do apoio ao auto-emprego ou ao conteúdo local.

Com a expectativa de intensificação de ataques nas próximas semanas (em virtude do final do Ramadão ou do início de actividades de contra-terrorismo) prevê-se um aumento de violência sobre as populações. A dificuldade de distinguir militares de civis traduzir-se-á na destruição de aldeias e unidades sanitárias, ficando as comunidades encurraladas entre a violência indiscriminada dos insurgentes e a resposta antiterrorista do Estado. Esta situação aumentará as dificuldades de atender vítimas, radicalizará posições e acções de retaliação, dificultando qualquer processo de paz.

Neste cenário consolida-se um círculo vicioso de violência e de exclusão socioeconómica, tornando a juventude recrutável para a violência, com efeitos de aumento da pobreza e exclusão, alimentando-se indefinidamente o conflito. É neste cenário que se recomenda a aceleração de um projecto desenvolvimento integrado do Norte, inserido num plano holístico e interministerial, capaz de atrair fundos que visem:

- Massiva aposta no ensino técnico-profissional, adaptando currículos às necessidades locais, prevendo a formação, acompanhamento e avaliação de professores, assim como a capacitação de jovens do Norte do país, em geral, desenvolvendo competências de criação de pequenos negócios;
- Alargamento de serviços de extensão rural, ao nível da agricultura, da pecuária e da pesca;
- Fornecimento de pequenos apoios técnico-financeiros para constituição de projectos económicos, prevendo o acompanhamento e condução de negócios, incluindo pequenas oficinas, comércio, serviços de transporte ou de transformação alimentar.

Todas estas medidas só terão eficácia se forem acompanhadas por políticas a nível central, em termos de descentralização do Orçamento Geral de Estado e sua alocação para áreas prioritárias (incluindo educação e agricultura), estudando a possibilidade de uma pauta aduaneira proteccionista para determinados produtos; e políticas de apoio ao planeamento familiar. Por outro lado, um projecto integrado de desenvolvimento do Norte deve prever a descentralização administrativa e despolitização do aparelho de Estado, fornecendo apoio ao associativismo local e à criação de canais francos e abertos de participação dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS:

ACLED (27.04.2021) "Cabo Ligado Weekly: 19-25 April", disponível em <https://www.caboligado.com/reports/cabo-ligado-weekly-19-25-april-2021>, acesso a 19.05.2021

MSF (12.05.2021) "Mozambique: Focus on fighting 'terrorists' ignores real humanitarian needs in Cabo Delgado". Medecins sans Frontieres, disponível em [Mozambique: Focus on fighting "terrorists" ignores real humanitarian needs in Cabo Delgado | Doctors Without Borders - USA](#) acesso a 19.05.2021.

WFP (06.01.2021) "WFP provides food assistance for four hundred thousand affected by conflict in Cabo Delgado despite increased insecurity and limited funding", disponível em <https://www.wfp.org/news/wfp-provides-food-assistance-four-hundred-thousand-affected-conflict-cabo-delgado-despite> acesso a 13.05.2021

WFP (22.04.2021) "Escalating conflict in northern Mozambique pushes thousands into hunger and desperation", disponível em <https://www.wfp.org/news/escalating-conflict-northern-mozambique-pushes-thousands-hunger-and-desperation>, cesso a 14.05.2021.